



I - REGÊNCIA LEGAL: Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 5.122 de 26 de junho de 2014 e pelas disposições contidas neste Edital.

II ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

III - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 909/2024 – **PROCESSO LICITATÓRIO:** Nº 435/2024

IV - MODALIDADE E NÚMERO DE ORDEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2024 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

V - TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

VI - DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA: Setor de Licitações na Rua General João Antônio nº 1305, Sala 307, bairro Centro na cidade de São Vicente do Sul – RS, e nos links: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>
<http://saovicentedosul.rs.gov.br/site/category/publicacoes-legais/pregao-eletronico/>

VII - FINALIDADE DA LICITAÇÃO/OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL/RS**

VIII - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO: 12 (doze) meses podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84 Lei 14.133/2021)

IX - PRAZO DE ENTREGA: em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da nota de empenho de despesa.

X - FORMA DE PAGAMENTO: em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado

XI - DATA, HORÁRIO e LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: **17/12/2024** Horário: **09:00** (horário de Brasília).

Local **endereço eletrônico** <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

XII - HORÁRIO E LOCAL PARA ESCLARECIMENTOS DO EDITAL:

Rua General João Antônio nº 1305 sala 307 São Vicente do Sul RS. CEP: 97420-000, das 8:00 às 14:00 horas, pelo telefone 0800.000.4377 Ramal 221, ou e-mail: licitacao@saovicentedosul.rs.gov.br

XIII – PUBLICAÇÕES EM 05/12/2024:

- Portal de Compras, endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>
- Portal Nacional de Contratações Públicas/PNCP
- Jornal Cidades
- <http://saovicentedosul.rs.gov.br/site/category/publicacoes-legais/pregao-eletronico/> (Diário Oficial do Município, conforme Lei Municipal nº 5243/2015).

Renato Severo Elesbão
Diretor Geral de Licitações e Compras
Portaria nº 196/2021





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2024
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

“EDITAL VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL/RS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **09:00 (Nove Horas)**, do dia **17/12/2024 (Dezessete do Mês de Dezembro do Ano de Dois Mil e Vinte e Quatro)**, o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 79/2024, de 27/06/2024, realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando o Registro de Preços para futura aquisição de material de higiene e limpeza, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 5.122 de 26 de junho de 2014 assim como pelas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1. DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL/RS**, selecionando dentre os participantes a proposta considerada mais vantajosa, de acordo com os critérios estabelecidos no presente edital, conforme Termo de Referência – Anexo I e Modelo de Proposta - Anexo II do presente edital.


1.2. **Em caso de divergência entre as especificações e unidades dos produtos inseridas no SIASGnet e as deste edital, prevalecerão as constantes neste edital:**

Item	Catmat	Descrição do Produto	Quant	Unid	Valor Unitário Estimado
1	405733	Acendedor de fogão com botão click, dimensões mínimas 22,5 x 1,4 x 2,2 cm	21	Unid	R\$ 13,25
2	246217	Ácido Muriático, embalagem com 1 litro	146	Litro	R\$ 24,24
3	444849	Álcool etílico hidratado 96°, embalagem com 1 litro	2.000	Litro	R\$ 20,27
4	429225	Álcool gel 70%, embalagem 480g - nº registro ministério da saúde - aprovado pela ANVISA	750	Unid	R\$ 13,00
5	405780	Álcool hidratado 70°, embalagem com 01 litro, nº registro no Ministério da Saúde	4.000	Litro	R\$ 9,75
6	299605	Água Sanitária, alvejante a base de hipoclorito de sódio a 2%, hidróxido de sódio e h2O, com bico lacrado e tampa com rosca de segurança, embalagem com 5 litros	1.950	Emb	R\$ 11,90
7	299605	Água Sanitária, alvejante a base de hipoclorito de sódio a 2%, hidróxido de sódio e h2O, com bico lacrado e tampa com rosca de segurança, embalagem com 1 litro	700	Litro	R\$ 5,00
8	457756	Amaciante de roupas, embalagem com 5 litros	50	Emb	R\$ 19,69
9	441933	Aparelho de barbear, descartável com 2 laminas	200	Emb	R\$ 3,18






ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 909/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 435/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90046/2024

10	373300	Aplicador de cera, com cabo alumínio revestido polipropileno, 140 cm, luva 45 x 5 x 7 cm 100% poliéster	15	Unid	R\$ 109,80
11	447008	Balde de plástico com alça em alumínio, capacidade 8 litros não tóxico, inodoro, alça de metal ou plástico super resistente extra forte plástico reforçado e de boa qualidade aprovado pelo INMETRO, deverá conter etiqueta informando marca e capacidade.	30	Unid	R\$ 12,90
12	381531	Balde de plástico com alça em alumínio, capacidade 10 litros não tóxico, inodoro, alça de metal ou plástico super resistente extra forte plástico reforçado e de boa qualidade aprovado pelo INMETRO, deverá conter etiqueta informando marca e capacidade.	51	Unid	R\$ 12,99
13	253221	Balde de plástico com alça em alumínio, capacidade 15 litros não tóxico, inodoro, alça de metal ou plástico super resistente extra forte plástico reforçado e de boa qualidade aprovado pelo INMETRO, deverá conter etiqueta informando marca e capacidade.	10	Unid	R\$ 16,30
14	302024	Balde de plástico com alça em alumínio, capacidade 30 litros não tóxico, inodoro, alça de metal ou plástico super resistente extra forte plástico reforçado e de boa qualidade aprovado pelo INMETRO, deverá conter etiqueta informando marca e capacidade.	16	Unid	R\$ 24,00
15	241738	Balde de plástico com alça em alumínio, capacidade 60 litros não tóxico, inodoro, alça de metal ou plástico super resistente extra forte plástico reforçado e de boa qualidade aprovado pelo INMETRO, deverá conter etiqueta informando marca e capacidade.	14	Unid	R\$ 37,56
16	272254	Borrifador, frasco de 500 ml com válvula/gatilho spray. Medidas aproximadas de: 8 cm de largura e 19 cm altura	255	Unid	R\$ 8,98
17	600698	Botijão térmico, litragem mínima de 9 litros e máxima de 12, com tripé retrátil, bocal largo, alça embutida, para conservar líquidos quentes e frios. Composição: PEAD com isolamento em Poliuretano. Referência Invicta ou similar.	2	Unid 	R\$ 124,69
18	405887	Bloqueador/Protetor solar FPS 30, resistente à água, proteção UVA e UVB, embalagem com mínimo 120 gramas	112	Unid	R\$ 22,81
19	440907	Bule Térmico, fabricado em ABS, pode ser levado ao microondas por até 2 minutos, pode ser empilhado, fácil para higienizar, não quebra e não amassa. Capacidade: 320 ml. Cor: Marfim	29	Unid	R\$ 53,48
20	485335	Cabide parede, 3 ganchos plásticos branco com parafusos e buchas para fixar na parede.	20	Unid	R\$ 14,00
21	281985	Capa de fardo modelo cesta básica, medidas 50x80cm, cor transparente, pacote com 100 unidades	23	pcte	R\$ 52,05
22	351157	Cera líquida especial, alto brilho, incolor, embalagem com 5 litros	112	Emb	R\$ 78,50
23	293179	Cera líquida especial, alto brilho, vermelha, embalagem com 5 litros	5	Emb	R\$ 79,25
24	436730	Cera em pasta cremosa especial incolor, embalagem de 13 a 15 kg	20	Emb	R\$ 469,75





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 909/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 435/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90046/2024

25	236618	Cesto para depósito de lixo com tampa basculante. Material plástico resistente. Fácil limpeza e higienização. Capacidade de 10 a 12 litros, cores a escolher	86	Unid	R\$ 24,40
26	320275	Cesto para depósito de lixo, plástica c/pedal e tampa, cor preta 25 a 30 litros	61	Unid	R\$ 52,00
27	325437	Cesto para depósito de lixo, com tampa e pedal, capacidade mínima de 50 litros	36	Unid	R\$ 66,53
28	247643	Cesto para depósito de lixo redonda com tampa e duas alças. Material plástico resistente. Fácil limpeza e higienização. Capacidade de 100 litros, cor preta ou cinza.	54	Unid	R\$ 88,50
29	357236	Chaleira aço inox 3L - material da alça: material antitérmico que garante maior segurança durante o manuseio 	3	Unid	R\$ 71,00
30	279853	Colher cristal pequena (Colher plástica para sobremesa) – Caixa com 1000 unidades	4	Cx	R\$ 84,65
31	283729	Contentor para lixo com tampa e pedal – capacidade 240 litros, com rodas	4	Unid	R\$ 462,00
32	226343	Copos descartáveis de 180 ml (pacote com 100 unidades)	3.056	Pcte	R\$ 7,92
33	254007	Copos descartáveis de 50 ml (pacote com 100 unidades)	539	Pcte	R\$ 4,80
34	435440	Creme dental com flúor, embalagem padronizada de 90 gramas, aprovado pela Associação Brasileira de Odontologia	512	Unid	R\$ 3,51
35	467143	Descartável para bandeja térmica modelo luxo, cor branco, base para 4 cavidades, com capacidade de 1360ml, caixa com 1000 unidades (Compatível com DS 01/2)	5	Caixa	R\$ 2.381,35
36	339713	Descartável para prato térmico com 3 cavidades, cor branco, com capacidade total de 915ml, caixa com 1000 unidades (Compatível com DS 01/3)	6	Caixa	R\$ 1.265,94
37	480309	Desengordurante - limpa e remove a sujeira e gordura, indicado para limpeza de fogões, coifa e exaustores - embalagem 500 ml	84	Unid	R\$ 50,60
38	463188	Desinfetante com óleo de pinho, ação bactericida e germicida - embalagem de 2 litros. Nº registro ministério da saúde - aprovado pela Anvisa	2.089	Emb	R\$ 18,89
39	463188	Desinfetante com óleo de pinho, ação bactericida e germicida - embalagem de 5 litros. Nº registro ministério da saúde - aprovado pela Anvisa	1.865	Emb	R\$ 42,88
40	261168	Desodorizador de ar em aerossol - tipo bom ar, embalagem com 400 ml	1.366	Unid	R\$ 15,90
41	292572	Desodorizador para vaso sanitário, com 1 gancho e rede de proteção, caixa com 01 unidade, fragrâncias variadas. 35gr	1.640	Unid	R\$ 4,45
42	463222	Detergente amoniacal, embalagem de 5 litros	377	Emb	R\$ 66,33
43	448285	Detergente enzimático/uso profissional-embalagem com 5 litros	332	Emb	R\$ 161,00





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 909/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 435/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90046/2024

44	620665	Detergente de louça neutro, biodegradável, consistente/concentrado, com bom rendimento, viscoso, em embalagem de 500ml, composto de tensoativos aniônicos, coadjuvante, conservante, neutralizante, corante, expessante, controlador de ph, valor do ph entre 5,5 - 8,0 e veículo, com validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, composição do produto, informações do fabricante, procedência, número do lote, com registro na ANVISA/MS e químico responsável no rótulo da embalagem. O padrão do detergente deve ser de tal modo que uma pequena quantidade do produto seja suficiente para a produção abundante de espuma e uma excelente ação desengordurante. (Tipo: Sol, Ypê, Limpol)	2.650	Unid	R\$ 4,23
45	449798	Detergente líquido neutro, concentrado, embalagem com 500 ml, aprovado pela ANVISA, embalagem plástica flexível e resistente, com bico dosador	360	Unid	R\$ 3,16
46	415772	Detergente neutro concentrado de uso hospitalar para lavar louça. Galão de 5 litros. Aprovado pela ANVISA, apresentar FISPQ do produto para a devida comprovação no momento da entrega.	115	Emb	R\$ 154,00
47	457087	Dispenser com alavanca compatível com bobina de papel toalha 20 cm x 200 metros, com parafusos e buchas inclusos para instalação e fechadura de segurança com chave	50	Unid	R\$ 129,38
48	327630	Dispenser para copo plástico, com alavanca, para uso de copos descartáveis de 200 ml, capacidade para no mínimo 100 copos, com tampa removível e com parafusos para fixação inclusos	50	Unid	R\$ 45,39
49	401243	Elástico de borracha para cabelos multicores, pacote com 200 unidades	34	Pct	R\$ 18,99
50	477537	Escova de cabelo com cerdas de pontas arredondadas, desembaraçantes, base de almofada, material do cabo borracha, 15 a 20 cm	21	Unid	R\$ 13,59
51	435448	Escova dental adulto, medidas aprox. 150x16 mm, multitufo, atóxica, lisa, pluriforme, plena e polida, textura macia, cerdas microtexturizadas	515	Unid	R\$ 8,25
52	438149	Escova Dental Infantil, com cerdas de nylon macias, arredondadas e aparadas uniformemente na mesma altura; cabeça arredondada ou triangular, cabo opaco reto ou anatômico medindo, no mínimo, 14 cm e, no máximo, 16 cm com empunhadura e com protetor de cerdas individual; conter 28 tufo distribuídos em 3 a 4 fileiras; embalada individualmente em saco plástico com o protetor de cerdas individual.	1.200	Unid	R\$ 5,44
53	224940	Escova pequena com cerdas em nylon e alça plástica (tipo para unhas)	140	Unid	R\$ 6,00
54	333358	Escova para limpeza de vaso sanitário, cerdas de nylon, cabo de plástico com suporte embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e registro no INMETRO	130	Unid	R\$ 7,02
55	482005	Escova plástica sem cabo, para chão, medindo aproximadamente 20x8x2cm	116	Unid	R\$ 11,90








ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 909/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 435/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90046/2024

56	331870	Escova sanitária com cerdas PET polipropileno volumosas com aproximadamente 60 tufo de 2,5 cm, formato circular, cabo anatômico com suporte.	35	Unid	R\$ 9,94
57	433820	Esfregão de aço, lâ inoxidável, aplicação: utensílios e limpeza em geral	200	Unid	R\$ 5,75
58	373481	Esponja de lâ de aço – pacote com 8 unidades de 50g (tipo Bombril)	290	Pcte	R\$ 4,29
59	419326	Esponja louça dupla face medidas mínimas 110 X 75 X 23MM, antibactérias, composta de espuma, poliuretano com bactericida e fibras sintética, com abrasivo anatômico, cores verde e amarelo, embalagem individual.	3.036	Unid	R\$ 1,47
60	472872	Extensor ajustável material cabo alumínio comprimento base 25,5 cm, material base polipropileno comprimento cabo 6 m aplicação limpeza de parede, vidro e piso tipo rodo	25	Unid	R\$ 120,00
61	310969	Faca Descartável Reforçada para Refeição. Pacote com 50 unidades	5	Emb	R\$ 7,91
62	380189	Fibraço, produto não-tecido à base de fibras sintéticas e mineral, abrasivo, unidos por resina à prova d'água, 87x125mm	32	Unid	R\$ 8,22
63	237590	Filtro de papel para café nº 103 (caixa com 30 unidades)	465	CX	R\$ 5,39
64	338660	Fio dental, na cor branca, tamanho 100 m. Possuir registro na ANVISA. Validade mínima na entrega de 24 meses.	500	Unid	R\$ 6,75
65	300142	Flanela na cor laranja, medindo 40x60cm	480	Unid	R\$ 5,37
66	616024	Fralda descartável infantil tamanho EG, formato anatômico, com elástico nas pernas, material manta absorção tecido hipoalergênico, cobertura ext. impermeável, com fitas adesivas multiajustáveis, reutilizáveis, com flocos gel que mantenha umidade longe da pele, uso algodão não desfaça quando molhado e abas antivazamento	517	Unid	R\$ 1,17
67	616023	Fralda descartável infantil tamanho G, formato anatômico, com elástico nas pernas, material manta absorção tecido hipoalergênico, cobertura ext. impermeável, com fitas adesivas multiajustáveis, reutilizáveis, com flocos gel que mantenha umidade longe da pele, uso algodão não desfaça quando molhado e abas antivazamento	517	Unid	R\$ 1,59
68	616022	Fralda descartável infantil tamanho M, formato anatômico, com elástico nas pernas, material manta absorção tecido hipoalergênico, cobertura ext. impermeável, com fitas adesivas multiajustáveis, reutilizáveis, com flocos gel que mantenha umidade longe da pele, uso algodão não desfaça quando molhado e abas antivazamento	535	Unid	R\$ 1,15
69	616021	Fralda descartável infantil tamanho P, formato anatômico, com elástico nas pernas, material manta absorção tecido hipoalergênico, cobertura ext. impermeável, com fitas adesivas multiajustáveis, reutilizáveis, com flocos gel que mantenha umidade longe da pele, uso algodão não desfaça quando molhado e abas antivazamento	530	Unid	R\$ 1,50
70	278466	Garfo Descartável reforçado para Refeição. Pacote com 50 unidades	7	Pacote	R\$ 6,55





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 909/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 435/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90046/2024

71	385399	Garrafa térmica, material plástico resistente, capacidade 1,80 Litros, características adicionais: com tampa em pressão e ampola em vidro.	10	Unid 	R\$ 69,58
72	374465	Garrafa térmica 3 Litros, inox, corpo externo aço inox de alta qualidade, sistema de abertura com válvula, vedação perfeita sem vazamentos manter líquido aquecido 12h.	2	Unid 	R\$ 204,00
73	304512	Garrafa térmica 1,8 L inox, corpo externo aço inox de alta qualidade, sistema de abertura com válvula, vedação perfeita sem vazamentos manter líquido aquecido 12h.	5	Unid 	R\$ 84,43
74	396052	Guardanapo de papel (pct com 50 unidades);	330	Pcte	R\$ 8,90
75	293025	Hastes flexíveis com pontas em algodão - caixa com 75 unidades;	280	CX	R\$ 4,57
76	457797	Hipoclorito de sódio 1%, para uso na limpeza de pisos e paredes hospitalar, galão de 5 litros, com registro na ANVISA/MS.	400	Emb	R\$ 39,90
77	437156	Hipoclorito de sódio 2,5%, embalagem de 1 litro para uso em alimentos	1.020	Litro	R\$ 16,00
78	434616	Isca para controle de insetos (baratas), embalagem com 6 iscas de no mínimo 2,5 gramas cada	135	Emb	R\$ 27,63
79	602989	Isqueiro com selo holográfico Inmetro, acende até 3.000 vezes	22	Unid	R\$ 9,62
80	409684	Kit de lixeiras para coleta seletiva, individual, com 04 unidades de 60 litros, em polipropileno, com basculante e suporte em metal	19	Kit	R\$ 520,42
81	615062	Lenços umedecidos, sem álcool, sem corantes, aprovado dermatologicamente, embalagem com no mínimo 300 unidades	140	Emb	R\$ 23,42
82	470966	Limpa vidros com álcool, utilizável puro, em embalagem de 500 ml, com vaporizador, ideal para limpeza e conservação de vidros, fórmicas, espelhos e outras superfícies impermeáveis. Fórmula balanceada composto de dados de identificação, composição do produto, informações do fabricante, procedência, número do lote, com registro na ANVISA/MS e químico responsável no rotulo da embalagem; Composição: alcalinizante, tensoativo aniônico, solvente, álcool 92º gl, essência, conservante, corante e veículo, com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega.	346	Emb	R\$ 11,22
83	282927	Limpador de uso geral – embalagem de 500ml	160	Emb	R\$ 10,69
84	249813	Limpa forno à base de soda cáustica, espessante, óleo de menta e água, embalagem com no mínimo 230 gramas	24	Emb	R\$ 22,00
85	262376	Lubrificante desengripante, embalagem com 300 ml	20	Emb	R\$ 12,57
86	304749	Lustra móveis, embalagem com 500 ml	222	Emb	R\$ 18,90







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 909/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 435/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90046/2024

87	366698	Luva de borracha para limpeza - tamanho G, especificações: A Luva de Látex para a proteção das mãos dos usuários e confeccionada em material de alta qualidade, flexível e resistente, desenvolvida para uso durante a manipulação de alimentos e limpeza. Características e detalhes: Fabricada em látex de borracha natural; Flocada internamente; Com acabamento antiderrapante; Formato anatômico; Com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho contra agentes químicos (bases inorgânicas); Luva Não Estéril, de uso individual; Cores: laranja, amarelo ou azul; Espessura mínima de 0,40mm a 0,60mm – embalagem contendo um par	202	Par	R\$ 8,00
88	366699	Luva de borracha para limpeza - tamanho M, especificações: A Luva de Látex para a proteção das mãos dos usuários e confeccionada em material de alta qualidade, flexível e resistente, desenvolvida para uso durante a manipulação de alimentos e limpeza. Características e detalhes: Fabricada em látex de borracha natural; Flocada internamente; Com acabamento antiderrapante; Formato anatômico; Com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho contra agentes químicos (bases inorgânicas); Luva Não Estéril, de uso individual; Cores: laranja, amarelo ou azul; Espessura mínima de 0,40mm a 0,60mm – embalagem contendo um par	302	Par	R\$ 7,80
89	366700	Luva de borracha para limpeza - tamanho P, especificações: A Luva de Látex para a proteção das mãos dos usuários e confeccionada em material de alta qualidade, flexível e resistente, desenvolvida para uso durante a manipulação de alimentos e limpeza. Características e detalhes: Fabricada em látex de borracha natural; Flocada internamente; Com acabamento antiderrapante; Formato anatômico; Com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho contra agentes químicos (bases inorgânicas); Luva Não Estéril, de uso individual; Cores: laranja, amarelo ou azul; Espessura mínima de 0,40mm a 0,60mm – embalagem contendo um par	302	Par	R\$ 6,27
90	619861	Luva de toque plástica estéril descartável, 100% polietileno de alta densidade (pacote c/ 100 unidades)	106	Pacote	R\$ 13,25
91	619847	Luva para procedimento não cirúrgico, material latex natural integro e uniforme, sem pó, tipo ambidestra, tamanho G - caixa com 100 unidades	1.120	CX	R\$ 23,95
92	619846	Luva para procedimento não cirúrgico, material latex natural integro e uniforme, sem pó, tipo ambidestra, tamanho M - caixa com 100 unidades	1.120	CX	R\$ 27,84
93	619845	Luva para procedimento não cirúrgico, material latex natural integro e uniforme, sem pó, tipo ambidestra, tamanho P - caixa com 100 unidades	1.120	CX	R\$ 30,46
94	355015	Mexedor de Café em plástico, com aproximadamente 9cm, pacote com 500 unidades	5	Pacote	R\$ 11,72
95	473394	Mop Balde com cesto/centrífuga em aço inox resistente e removível, com pino para encaixe do disco da vassoura durante o enxágue	2	Conj	R\$ 82,03





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 909/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 435/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90046/2024

96	620667	Mop esfregão giratório inox + refil medidas aproximadas altura: 20 cm; largura: 25 cm; comprimento: 40 cm; altura do cabo: 1,20 m; possuir rodinhas para locomoção, capacidade do balde: 15 litros; itens inclusos: 1 balde com centrifuga inox; 1 cabo ajustável (0,90 m a 1,20m)	18	Conj	R\$ 122,50
97	485479	Refil - Mop lavável e giratório, refil 100% microfibra 	25	Unid	R\$ 13,80
98	415215	Mop pó, material: fio acrílico largura: 15 cm comprimento: 100 cm cor: branca características adicionais: suporte metálico, cabo alumínio, lavável/adaptável	15	Conj	R\$ 97,78
99	229930	Mop pó, em algodão, ponta cortada, medidas aprox. 80x15 cm de cor natural, balde com alça flexível p/facilitar o transporte e manuseio; centrifuga com função giratória 360°; capacidade do balde de aprox 10 a 12 litros (medidas aproximadas: 46 x21x26 cm; mop esfregão com cabo em aço inox regulável (medida aprox do cabo: 1,45 m), com 3 segmentos, com trava que regula a altura do cabo; cabo com inclinação 180°; pano 100% microfibra 	26	Conj	R\$ 140,29
100	434798	Multi inseticida, spray aerosol, frasco com no mínimo 300ml	284	Unid	R\$ 15,80
101	229832	Pá de lixo, em plástico, com cabo plastificado longo, medindo no mínimo 80 cm x 25 cm	69	Unid	R\$ 22,53
102	448847	Pá de lixo, coileira de boa qualidade dimensões aprox 29x28x10,5 cm, cabo de madeira 80 cm	16	Unid	R\$ 61,25
103	352424	Pano para chão, super encorpado, malha dupla, 100% algodão, Dimensões mínimas de: 80 x 50 x 0,5 cm e com no mínimo de 1,25 quilogramas	3.010	Unid	R\$ 9,75
104	228366	Pano de limpeza, multi-uso, poroso antibactericida, descartável, med aprox. 60X30cm, pacote c/5 unidades	660	Pacote	R\$ 6,70
105	618312	Pano de prato atalhado, super absorvente, mínimo de 85% algodão, acabamento em toda borda, costura trançada, gramatura mínima de 270g/m², medindas mínimas de 70cmx40cm	430	Unid	R\$ 10,50
106	427228	Papel filme em pvc transparente, 28 cm, com as seguintes especificações mínimas: ideal para proteger e vedar os alimentos; material inodoro, atóxico e transparente para uso com diversos tipos de alimentos, como frios, legumes, verduras, frutas e etc; composição: filme de PVC multiuso, transparente; - tamanho: 28cm, rolo de 300 metros	5	Rolo	R\$ 15,52
107	301139	Papel higiênico, branco, neutro, picotado, folha dupla, rolo c/30 m, pacote com 16 rolos	470	Pacote	R\$ 29,99
108	301139	Papel higiênico, folha dupla, branco (não reciclado), neutro, picotado, rolo c/30 m, reembalado em Fardo com total de 64 rolos (16 pacotes com 04 rolos cada)	897	Fardo	R\$ 76,90
109	233648	Papel Higienico, rolão de 300 m x 10, folha simples; 100% fibra celulósica, medindo 300m x 10cm cada rolo. Embalagem com 8 rolos de 300 metros.	375	Emb	R\$ 96,04






ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 909/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 435/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90046/2024

110	374443	Papel toalha bobina, 100% celulose, 20 cm x 200 metros o rolo, fardo com 6 rolos	20	Fardo	R\$ 103,85
111	346297	Toalha de papel intercalado branco, de primeira qualidade, medindo no mínimo 20x22, pacote com no mínimo 1000 unidades, em 2 ou 3 faces, 100% fibras naturais de celulose, não reciclado, absorvente, biodegradável, homogêneo, não poderá esfarelar durante o uso, não poderá apresentar odor desagradável (não característico)	3.000	Pacote	R\$ 20,00
112	329618	Papel toalha branco luxo (não reciclado), interfolhar, tamanho mínimo 21 x 23 cm, pacote com no mínimo 1250 folhas	912	Pacote	R\$ 26,99
113	440834	Papel toalha branco, pacote com 02 rolos - com 50 folhas cada rolo	524	Pacote	R\$ 7,10
114	437511	Pente para cabelos pequeno, cabo com suporte de borracha, dentes do pente médio, 15 a 20 cm	10	Unid	R\$ 12,29
115	602437	Prendedor de roupa em madeira resistente e reforçado, mola em arame reforçado, com no mínimo 6 cm, embalagem com 12 unidades.	200	Emb	R\$ 5,35
116	405890	Protetor solar - FPS 60 Especificações: Bloqueador solar para pele com repelente de insetos, Fator de proteção (FPS) 60, com no mínimo 120 gramas cada. Características mínimas: Bloqueador solar para pele contra ação nociva dos raios ultravioleta dos tipos UV-A e UV-B; Não Comedogênico, Hipoalergênico. Características Técnicas: Na formulação do produto não deve conter óleo; Resistente à água e ao suor, seus efeitos deverão permanecer sobre a pele por pelo menos 2,5 horas; Dermatologicamente testado; Proteção imediata logo após a aplicação; Livre de PABA ou "PABA Free"; Produto em forma de loção cremosa; Com indicação para pessoas com fototipo 2, 3, 4 e 5 (pele branca a negra). Validade mínimo 01 ano após data empenho	1.200	Unid	R\$ 31,50
117	435543	Repelente para insetos, spray Uso Tópico, dermatologicamente testado, não oleoso e com fragrância suave. Frasco contendo de 180 a 200 ml.	1.200	Unid	R\$ 24,50
118	446184	Rodo plástico c/ cabo, tamanho mínimo 40 cm, base em polipropileno e encaixe de rosca, duplo reforçado, perfil de borracha dupla em E.V.A, com cabo rosqueável de maneira de no mínimo 1,10 metros.	32	Unid	R\$ 30,88
119	620629	Rodo plástico c/ cabo, tamanho de 60 cm, base em polipropileno e encaixe de rosca, duplo reforçado, perfil de borracha dupla em E.V.A, com cabo rosqueável de maneira de no mínimo 1,10 metros.	25	Unid	R\$ 26,00
120	300113	Rodo lava e seca, base com 2 unidades de borracha, com medidas 32x30x7,5cm, com cabo 1,20m	5	Unid	R\$ 32,84





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 909/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 435/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90046/2024

121	297194	Rodo para limpeza de vidros, cabo longo com as seguintes especificações mínimas: deve possuir dois lados, onde um tem uma luva ou manta de algodão para esfregar, e o outro lado é de borracha para puxar o excesso de água; com o cabo extensível para alcançar vidros mais altos ou usá-lo diretamente na mão; deve também ter angulação de que permita a limpeza de cantos e quinas; medidas aproximadas: 8 x 27 x 100 a 160cm; medida aproximada do refil: 7 x 28 x 3cm; medida aproximada do rodinho sem o cabo: 8 x 27 x 24cm; composição: alumínio / PP / TPR / borracha / microfibra (80% poliéster; 20% poliamida e pigmento)	25	Unid 	R\$ 52,00
122	238156	Sabão em barra glicerinado, composição: sabão a base de graxos; glicerina; conservante; sal; inorgânico de água. Descrição: sabão em barra neutro com poder glicerinado. Contém tensoativo biodegradável. Barra com 200g	460	Unid	R\$ 4,90
123	255136	Sabão em pó, embalagem de no mínimo 800 gramas a 1 kg em plástico resistente ou caixa, composto de tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, branqueadores, ópticos, corantes, alvejante e água, componente ativo alquil benzeno, sulfonato de sódio, com bom rendimento, ideal para recuperar o branco das roupas, indicado para lavar roupas de seda, lã, couro e tecidos crus, com validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. A embalagem com os dados de identificação, composição do produto, informações do fabricante, procedência, número do lote, com registro na ANVISA/MS e químico responsável no rotulo da embalagem. (TIPO: Brilhante, Ypê)	480	Unid	R\$ 18,00
124	226631	Sabão comum em barra de 200 gramas	320	Unid	R\$ 4,55
125	463188	Sabão líquido neutro, galão com 5 litros, embalagem com rosca de segurança	220	Galão	R\$ 27,87
126	463131	Sabonete líquido anti-bactericida, galão com 5 litros, Sabonete para mãos; Cremoso; Perolado e glicerinado; Dermatologicamente testado; Produto Biodegradável. Fragrância: erva doce e/ou lavanda	307	Galão	R\$ 44,35
127	229409	Sabonete neutro, branco, 90 g	135	Unid	R\$ 3,97
128	454423	Saco plástico hermeticamente fechado (tecnologia zip lock) tamanho 4x6, embalagem 100 unidades	100	Emb	R\$ 15,12
129	455079	Saco plástico hermeticamente fechado (tecnologia zip lock) tamanho 5x7, embalagem 100 unidades	110	Emb	R\$ 13,40
130	455080	Saco plástico hermeticamente fechado (tecnologia zip lock) tamanho 6x8,5 embalagem 100 unidades	110	Emb	R\$ 12,92
131	395455	Saco plástico para congelar de 2 kg (rolo com 100 unidades)	145	Rolo	R\$ 17,50
132	291496	Saco plástico para congelar, capacidade 3 kg (rolo c/100 unidades)	245	Rolo	R\$ 20,25
133	307144	Saco plástico para congelar, capacidade 5 kg (rolo c/100 unidades)	180	Rolo	R\$ 18,99
134	362667	Saco plástico transparente, para proteção e higiene de talher, medida aproximada 6x20cm, pacotes com 1000 unidades	5	Pcte	R\$ 21,10





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 909/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 435/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90046/2024

135	315246	Saco lixo 100 Litros, pacote com 100 unidades, preto, reforçado, super resistente, sem dispositivo de fechamento, tamanho mínimo 75 x 105 cm, deve suportar 20 kg, com 12 micras de espessura, validade 12 meses. Suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9191:2008 e alterações posteriores	725	Pcte	R\$ 64,23
136	374970	Saco lixo 30 Litros, resistente, embalagem com 100 unidades na cor preta, 10 micras de espessura, reforçado, deve suportar 6 kg, tamanho com no mínimo 59 x 62 cm, validade 12 meses. Suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9191:2008 e alterações posteriores	410	Pcte	R\$ 53,74
137	328297	Saco lixo 60 Litros, reforçado, pacote com 100 unidades, preto, super resistente, sem dispositivo de fechamento, tamanho mínimo 60x75 com 08 micras de espessura, deve suportar 10 kg, validade 12 meses. Suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9191:2008 e alterações posteriores.	640	Pcte	R\$ 54,80
138	458145	Saco lixo 200 Litros, reforçado, pacote com 100 unidades, preto, super resistente, sem dispositivo de fechamento, tamanho mínimo 110 x 90 cm, com 12 micras de espessura, deve suportar 20 kg, validade 12 meses. Suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9191:2008 e alterações posteriores.	458	Pcte	R\$ 174,50
139	394449	Saco de resíduos infectantes, 50 litros, (branco leitoso) constituído de polietileno de alta densidade (pead) virgem, perfeita resistência mecânica e proporcionando à ocupacidade necessária à aplicação, a solda de fundo deve ser contínua, homogênea e uniforme, vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio de acordo com ABNT 9191/2008, diminuindo assim, o risco de contaminação das áreas por onde circula. O material utilizado na fabricação deve ser virgem e de alta qualidade, gerando um produto compatível com os padrões da ABNT e do IPT, contendo impressão de simbologia de material infectante de acordo com NBR 7.500 contendo impresso também, o número da subclasse de risco, pacote com 100 unidades.	200	Pcte	R\$ 82,59
140	355857	Saco de resíduos infectantes, 100 litros, (branco leitoso) constituído de polietileno de alta densidade (pead) virgem, perfeita resistência mecânica e proporcionando à ocupacidade necessária à aplicação, a solda de fundo deve ser contínua, homogênea e uniforme, vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio de acordo com ABNT 9191/2008, diminuindo assim, o risco de contaminação das áreas por onde circula. O material utilizado na fabricação deve ser virgem e de alta qualidade, gerando um produto compatível com os padrões da ABNT e do IPT contendo impressão de simbologia de material infectante de acordo com NBR 7.500 contendo impresso também, o número da subclasse de risco, pacote com 100 unidades	200	Pacote	R\$ 149,89
141	319907	Sacola plástica, tamanho 20 X 30 cm, cor branca, para acondicionamento de medicamentos, caixa com 1000 unidades	100	Caixa	R\$ 25,04
142	397907	Saponáceo em pó, biodegradável, embalagem com 300 g, neutro	50	Emb	R\$ 6,30





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 909/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 435/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90046/2024

143	397370	Saponáceo líquido cremoso, 300 ml, composto, com cloro ativo, ideal p/retirar sujeira e a gordura acumulada, indicado p/limpeza de pias, torneiras, fogões, superfícies de aço inox, esmaltadas, formicas e cromadas, possuindo abrasividade moderada, limpa, renova e dá brilho sem riscar, composição mínima: ácido sulfônico, espessante, alcalizantes, abrasivo, preservante, álcool etoxilado, emulsificante, pigmentos, com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, composição do produto, informações do fabricante, procedência, número do lote, com registro na anvisa/MS e químico responsável no rótulo da embalagem.	330	Emb	R\$ 8,00
144	402414	Shampoo infantil neutro, fragrâncias diversas, embalagem com 200ml	15	Emb	R\$ 10,50
145	376404	Soda cáustica em escama, embalagem de 1 kg	15	Kg	R\$ 48,18
146	433886	Spray kids para desembaraçar e pentear cabelos infantil, hipoalergênico 240ml	50	Unid	R\$ 12,50
147	478489	Suporte de parede para papel toalha interfolhar, tamanho mínimo 20x22cm, tipo caixa fechada	65	Unid	R\$ 56,50
148	345419	Suporte de parede para papel higiênico, resistente em plástico, para rolo de 300 metros, com janela transparente para visualização do nível de papel	250	Unid	R\$ 40,36
149	469570	Suporte de parede para sabonete líquido, refil 800 ml em plástico, dimensões aproximadas de 12x10x25cm	75	Unid	R\$ 46,18
150	411753	Talco infantil, embalagem com 200 gramas	50	Unid	R\$ 11,99
151	603130	Tapete/passadeira para cozinha, 100% PVC, 180 CM, com as seguintes especificações mínimas: material: 100% PVC, alta durabilidade; base emborrachada antiderrapante; acabamento com bordas costuradas; tamanho: 180 x 45cm. Apresentação: unidade	16	Unid	R\$ 179,99
152	363429	Tapete tipo capacho cor chumbu, material superfície: filamentos vinil entrelaçados, material base: vinil, anti-derrapante, medidas aproximadas 120x60x10mm	17	Unid	R\$ 176,44
153	621803	Válvula para cilindro de oxigênio	20	Unid	R\$ 283,54
154	466615	Vassoura com cerdas macias em nylon de 40 cm, com cabo de madeira plastificado, medindo no mínimo 1,20m	160	Unid	R\$ 15,50
155	338108	Vassoura de palha com cabo de mínimo 1,20m	202	Unid	R\$ 30,71
156	278323	Vassoura para vaso sanitário, com cerdas de nylon, com cabo plástico	155	Unid	R\$ 8,21
157	307429	Vassoura nylon com cabo rosqueável de no mínimo 1,10 metros, medidas mínimas 31,5x19cmx6,5cm, cerdas compactas em material sintético. Produto devidamente identificado através de etiqueta do fabricante	30	Unid	R\$ 16,50
158	406214	Vassoura tipo escovão, cerdas duras, cabo em chapa de aço ou madeira, tamanhos mínimo da vassoura 25x8x4 cm e cabo 120cm	10	Unid	R\$ 35,44





159	438600	Vassourão 60 cm, pêlo sintético, inclinado, c/cepa rosqueável e resistente, cerdas macias, cabo de madeira plastificado de 120 cm	10	Unid	R\$ 43,93
-----	--------	---	----	------	-----------

1.3. A demanda indicada acima, refere-se ao quantitativo estimado para o período de 12 (doze) meses, por isto, a contratada compromete-se a fornecer os mesmos de forma parcelada durante a vigência contratual, conforme a necessidade do Município.

1.4. Optou-se pelo uso do Sistema de Registro de Preços, fundamentado no inciso II, do art. 40º, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que convém a este Órgão, a entrega parcelada dos bens, de acordo com a efetivação das necessidades previstas e a disponibilidade orçamentária.

I. Este Órgão não realizou o procedimento público de intenção de registro de preços na fase preparatória deste processo licitatório, para a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata, pois este será o único contratante, conforme previsão § 1º do Art. 86º da Lei 14.133/2021.

II. Demais órgãos e entidades poderão aderir à ata (s) de registro de preços oriunda deste processo licitatório, na condição de não participantes, observados os demais incisos do Art. 86 da mesma lei.

1.5. Nos termos do art. 83 da Lei 14.133/2021, “A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada”.

2 - DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME:

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de uma chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

Endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 988675 - Pregão Eletrônico nº 90046/2024

DATA: 17/12/2024 (Dia Dezessete do Mês de Dezembro do Ano de Dois Mil e Vinte e Quatro)

HORÁRIO: 09:00 (Nove Horas), (horário de Brasília).

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

2.3. A licitação será dividida em itens, conforme a descrição constante no Modelo de Proposta - Anexo II do presente edital.

2.4. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação, serão alocados quando da formalização de contratos simplificados e emissão das Notas de Empenho de Despesa.

4 - DO CREDENCIAMENTO:

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória de Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los





atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

I. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

I. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

I. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

II. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

III. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto neste edital.

i. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

ii. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte

IV. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

V. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VI. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

VII. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

VIII. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.4. DAS VEDAÇÕES:

I. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

i. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

ii. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

iii. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro





de 1976, concorrendo entre si;

iv. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

v. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

II. O impedimento de que trata a alínea “i” do item 5.4, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

III. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos (conforme item 10 deste Edital), a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, logo após o encerramento da etapa de envio de lances da sessão pública, conforme subitem 8.21 deste edital.

I. Conforme Inciso II do Art. 63 da Lei 14.133/2021 na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

“Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, ...”, portanto os documentos de habilitação e/ou complementares ao SICAF, deverão ser encaminhados juntamente com a proposta vencedora conforme subitem 8.21 deste edital.

II. Não haverá Garantia de Proposta como requisito de pré-habilitação (Art. 58 Lei 14.133/2021).

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I. Valor total (se possível incluindo o valor unitário do item/subitem);

II. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia,

III. Os preço unitário e total, em reais, com 2 (duas) casas decimais, expresso em algarismos, em moeda nacional e, de preferência, por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, para todos os itens e subitens.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.





I. EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO INSERTAS NO SIASGNET E AS DESTE EDITAL, PREVALECERÃO AS CONSTANTES NESTE EDITAL.

II. Para sanar alguma divergência, todos os itens inseridos no Sistema SIASGnet, contem no campo "Observações do Item" a descrição constante no edital.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. A documentação correspondente à proposta, deverá ser anexada, sob pena de desclassificação.

8 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

I. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

II. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

III. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

I. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,1 % (zero vírgula um por cento).

8.9. O modo de disputa será aberto e fechado, onde a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

8.10. Encerrado o prazo previsto no item 8.9 o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.11. Encerrado o prazo de que trata o item 8.10, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10 (dez) por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o 8.11, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.13. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.10 e 8.11., o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.14. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 8.10 e 8.11 haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta





etapa, o disposto no item 8.13.

8.15. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 8.14.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023) Vigência

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

i. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

ii. Empresas brasileiras;

iii. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

iv. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

I. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

II. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

I. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.





9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

I. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

II. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

I. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

II. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 - DA HABILITAÇÃO:

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I. SICAF;

II. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

III. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

i. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

ii. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

iii. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

IV. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.





I. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

II. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

III. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

I. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8. Habilitação Jurídica:

I. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

i. Se Microempreendedor Individual, a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI substituirá o CNPJ e a inscrição na Junta Comercial.

III. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

IV. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz, no caso de ser participante sucursal, filial ou agência;

V. No caso de sociedade simples, a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

VI. No caso de cooperativa, a ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

VII. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, o decreto de autorização;

VIII. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.





- III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- VII. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- VIII. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- IX. Mesmo que o licitante seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.10. Qualificação Econômico-Financeira:

I. Apresentar a Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, quando esta não contiver data de validade, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores;

i. Em caso de dúvida ou manifestações contrárias ao documento apresentado pelo licitante, o Pregoeiro diligenciará para sanar as divergências, sendo o mesmo inabilitado se ficar comprovado a existência de mais de um cartório distribuidor na sede da licitante.

10.11. Qualificação Técnica:

I. Atestado de Capacitação Técnica, que comprove aptidão para fornecimento, pertinente e compatível com a natureza do presente objeto, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação;

10.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

I. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.13. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.





11 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada conforme modelo Anexo II, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

I. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

II. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

III. O valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso, para os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no Art. 52 Lei 14.133/2021;

IV. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

I. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

11.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12 - DOS RECURSOS:

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

II. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

III. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

IV. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem *contrarrazões* também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

V. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.3. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, no tocante ao item ao qual o recurso se referir, inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente.

12.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul, situada na rua General João Antônio, nº 1305, bairro Centro, São Vicente do Sul/RS, em dias úteis,





no horário de 08:00 às 14:00.

12.7. Os recursos interpostos, deverão ser enviados via sistema COMPRASNET ou pelo e-mail pregoeiro@saovicentadosul.rs.gov.br.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

I. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

II. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

III. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

I. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, facsímile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

II. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, caso não haja interposição de recurso, pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 - DA VIGÊNCIA E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.1. A Ata de Registro de Preços oriunda do processo licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, desvinculada da duração dos créditos orçamentários, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso ao município, conforme Art. 84 da lei nº 14.133/2021.

15.2. A licitante vencedora deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação, apresentar-se para assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato Simplificado, sob pena de desclassificação da proposta, além das penalidades previstas neste termo.

15.3. Não será permitida a subcontratação parcial ou total do objeto licitado.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

16.1. O pagamento será efetuado em até 30 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.

I. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).

II. Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente.

I. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da modalidade da licitação e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

II. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

III. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.





IV. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.

V. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VI. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

VII. O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo de Referência.

VIII. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

IX. A fiscalização poderá deduzir nas faturas os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização, e o valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

17. DA FISCALIZAÇÃO:

17.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

17.2. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

17.3. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

18. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

18.1. A entrega do objeto licitado será feita de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, após a homologação e assinatura da Ata de Registro de Preços e emissão da Nota de Empenho, de acordo com as quantidades requisitadas, nas condições e prazos estabelecidos abaixo.

I. A nota de empenho/ordem de entrega será enviada para o e-mail informado pela empresa na proposta de preços, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos de entrega dos produtos).

II. A entrega provisória dos produtos deverá ser feita em até 15 (quinze) dias úteis após a solicitação e emissão da Ordem de Entrega, no endereço constante na nota de empenho de despesa.

III. O pedido de prorrogação de prazo para entrega, somente será reconhecido pelo município, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e solicitado antes de expirar o prazo de entrega estipulado.

IV. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária e de outras normas regulamentadoras aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).





V. Correrá por conta do fornecedor, qualquer prejuízo causado em decorrência do transporte e do descarregamento.

VI. As despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos e tributos competem exclusivamente ao fornecedor.

VII. Os materiais deverão ser entregues com as embalagens em perfeito estado.

VIII. Verificada a não conformidade na entrega dos materiais, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, providenciando a retirada dos mesmos e o respectivo reenvio, sem ônus de frete para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste termo.

IX. A entrega definitiva dos materiais, será efetivada logo após a conferência do mesmo pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, desde que em conformidade com as exigências deste termo.

X. A nota fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue junto com os produtos.

19. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:

19.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, a ser firmada entre a Licitante Vencedora e o Município os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do produto licitado no local onde estiver sendo executado o objeto licitado:

- I. Greve geral;
- II. Calamidade pública;
- III. Interrupção dos meios de transporte;
- IV. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e

V. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

19.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Licitante Vencedora.

19.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao Município, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

19.4. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. As sanções administrativas serão aplicadas conforme segue:

- I. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - i. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - ii. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - iii. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - iv. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - v. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - vi. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - vii. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - viii. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - ix. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - x. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - xi. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - xii. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem I deste termo, as seguintes sanções:
 - i. Advertência;





ii. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

iii. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

III. As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii” e “iv” do subitem I do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item.

IV. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem II do presente termo.

V. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

VI. A aplicação das sanções previstas no subitem II deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

VII. Na aplicação da sanção prevista no subitem II, alínea “ii”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

VIII. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “iii” e “iv” do subitem II do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

IX. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

X. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

XI. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XII. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- i. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- ii. Pagamento da multa;
- iii. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- iv. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- v. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “viii” e “xii” do subitem II do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

21.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços registrados caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021: “para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato”.





22. DA EXTINÇÃO

22.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

22.2. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

23.1. São Obrigações da Contratante

- I. Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento;
- II. Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV. Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do licitado;
- V. Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

23.2. São Obrigações da Contratada

- I. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente termo, bem como nos termos da sua proposta;
- II. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- III. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à Contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- VI. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
- VII. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- VIII. Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.
- IX. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

24.1. Em até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa





poderá impugnar este Edital.

24.2. As impugnações deverão ser enviadas ao Pregoeiro, preferencialmente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço: pregoeiro@saovicentadosul.rs.gov.br.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, preferencialmente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço: pregoeiro@saovicentadosul.rs.gov.br.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

I. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente. Podendo desconsiderar excessos de formalismos que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

I. A inobservância do prazo fixado pelo Pregoeiro para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

25.2. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação vigente.

25.3. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas e a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.4. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.5. Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e datados dos últimos 30 (trinta) dias até a data de abertura da sessão de licitação, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor (a) e não tiver cadastrado no SICAF.

25.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

I. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de São Vicente do Sul.

25.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta, durante a realização da sessão pública desta licitação.

25.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

25.9. As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento das eventuais republicações e/ou retificações de Edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

25.10. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite





permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

25.11. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.

26. SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preço;

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV –Modelo de Declaração Conjunta.

As questões relativas ao presente Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de São Vicente do Sul - RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Vicente do Sul, 05 de dezembro de 2024.

FERNANDO DA ROSA PAHIM
PREFEITO MUNICIPAL

Este Edital foi examinado e aprovado em 05/12/2024 pelo Setor Jurídico Municipal

